

Termo de Referência

Contratação de consultoria especializada para pesquisa aplicada da Plataforma “JUS Amazônia”, **com foco no desmatamento em TERRAS INDÍGENAS.**

Resumo

Nos últimos anos, o elevado efeito das mudanças climáticas e dos danos socioambientais causados por ações antrópicas na natureza têm chamado atenção do mundo para a necessidade de repensar a relação entre os recursos naturais, os modelos de desenvolvimento e os modos de vida sustentáveis. Na busca por esse equilíbrio, a Amazônia possui importância prioritária por ser a maior floresta tropical do mundo, com riqueza de biodiversidade, recursos hídricos, povos e, sobretudo, por impactar a segurança climática em escala global.

A intervenção humana na região amazônica nos últimos anos, especialmente no avanço do desmatamento, traz um quadro alarmante que impacta o clima e a economia de todo o país e, sobretudo, gera diversas violações aos direitos humanos, sociais e territoriais dos povos indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhos e coletividades locais que continuam resistindo na preservação da biodiversidade. Embora haja esforços concretos para proteger as áreas preservadas ou prioritárias à preservação, os dados oficiais indicam ainda um volume significativo de desmatamento e queimadas nessas regiões e o sentimento é de impunidade aos diversos crimes ambientais cometidos ao longo do tempo.

Essa situação levanta questionamentos sobre a efetividade da ação judicial e do cumprimento das normas de enfrentamento aos crimes ambientais na Amazônia legal, notadamente a aplicação dessas normas pelos órgãos de Justiça estaduais e federal, destacando-se a necessidade de compatibilizar o uso e ocupação da terra aos modos de vida locais, com a preservação do meio ambiente, a proteção da biodiversidade e o cuidado com a saúde humana.

Nesse contexto, as Terras Indígenas, que mantêm a preservação de grandes áreas na Amazônia, comumente são alvo de crimes ambientais¹. Considerando a insuficiência das ações estatais e a morosidade da justiça para a efetiva proteção ambiental em Terras Indígenas, inclusive na resposta às ações civis públicas judicializadas (<https://www.jusamazonia.com.br/>), seja para resolução dos conflitos, seja para a responsabilização pelos danos ambientais, este estudo pretende demonstrar quanti-qualitativamente a atuação de órgãos do Sistema de Justiça no combate ao desmatamento na Amazônia Legal em Terras Indígenas. A análise partirá do mapeamento das ações civis públicas de enfrentamento aos problemas de desmatamento, invasões, grilagens, espaços territoriais de exploração ilegal de material biológico, a rota do tráfico de fauna e flora, entre outros; na região da Amazônia Legal com foco em Terras Indígenas, disponíveis na Plataforma JusAmazônia.

¹ Cerca de 46 terras indígenas foram afetadas por 761 atividades ilegais, conforme registrado no SOMAI-ACI (Sistema de Observação e Monitoramento da Amazônia Indígena e aplicativo Alerta Clima Indígena). Juntos, os territórios atingidos compreendem 33 milhões de hectares. Os dados abrangem o período de janeiro de 2021 e novembro de 2023 e estão presentes na primeira edição do Boletim PROTEJA, publicação da iniciativa PROTEJA que divulga resultados de ações e pesquisas em prol da preservação de áreas protegidas.

O resultado desse estudo é relevante pela urgência de agenda prioritária de defesa da proteção da biodiversidade amazônica, segurança climática e da proteção aos direitos das populações tradicionais em harmonia com um meio ambiente ecologicamente equilibrado. O resultado deverá indicar uma análise crítica da atuação do Sistema de Justiça nas ACPs que envolvem o desmatamento ilegal em Terras Indígenas, destacando os desafios e as recomendações ao acesso à justiça socioambiental e climática na Amazônia Legal.

Objeto da contratação: Consultoria especializada para a realização de estudo dos conflitos judiciais de “**Desmatamento em Terras Indígenas da Amazônia Legal**”.

Contratante: Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS)

Perfil do contratado: Pesquisador (a) e Advogado (a) com token da OAB.

Prazo para envio da inscrição: 11/11/2024 a 17/11/2024

Resultado da Seleção: 20/11/2024 (envio por e-mail).

Período de contratação: 22/11/2024 a 31/12/2024.

Atividades de pesquisa: Elaboração de Metodologia Quali-Quantitativa ou outra especificada, sob o enfoque multidisciplinar e/ou interdisciplinar visando alternativas para identificar a responsabilização por crimes ambientais em Tis na Amazônia Legal; Levantamento e Análise de dados, Estudos das ações emblemáticas e dos resultados da atuação do Sistema de Justiça (critério - explicação dos motivos de escola ou exclusão); Estudo de Caso (critério - no mínimo 3 Estudos de Caso) e Relatório final do protocolo de Pesquisa.

Entregas do Produto e fases (datas):

1º Produto: Elaboração de Metodologia Quali-Quantitativa e Cronograma de Atividades. Levantamento de Dados. Relatório Preliminar. Data de entrega: 29/11/2024.

2º Produto: Relatório de Análise de Dados: Análise quanti-qualitativa, a partir de dados da Plataforma JusAmazônia, da atuação do Sistema de Justiça nos litígios envolvendo desmatamento ilegal em Terras Indígenas na Amazônia Legal, destacando as constatações, reflexões críticas e recomendações. Data de entrega: 20/12/2024.

3º Produto: Relatório de estudos de Casos: 3 Estudos de Caso emblemáticos de desmatamento em Terras Indígenas na Amazônia Legal. Data de Entrega: 30/12/2024.

Encerramento: Relatório final: Data de Entrega: 30/12/2024.

Valor do Contrato (total): disponibilidade de recursos conforme a oferta da proposta enviada pelos interessados, sob os critérios técnicos e a melhor proposta de preço.

E-mail para envio da inscrição: ids@idsbrasil.org

Indicar no título do e-mail: TdR - Contratação de consultoria sobre “**TdR - Proposta Comercial para o desenvolvimento do Estudo “Desmatamento em Terras Indígenas da Amazônia Legal”**”.

Do recurso. Não cabe recurso da decisão do processo seletivo, pela equipe, tendo em vista a análise das especificidades e currículo do perfil do candidato e deliberação interna do IDS.

Requisitos obrigatórios:

1. Formação Acadêmica:

- 1.1. Sólida formação acadêmica na área de Direito, Direito Ambiental, Direito Urbanístico, com pós-graduação em Direito, Ciências Ambientais, Ciências Sociais, Políticas Públicas, Gestão Ambiental ou correlatas, comprovada a experiência na área ambiental e atuação em pesquisas jurídicas;
- 1.2. Experiência em Projetos e produção acadêmica e profissional de estudos, artigos, textos e relatórios, mediante comprovação, em documento simples.

2. Conhecimento Técnico:

- 2.1. Capacidade de raciocínio lógico e análise de sistemas, com a interferência e ação de propostas de soluções de problemas complexos;
- 2.2. Excelente compreensão de levantamento de dados e análise de coleta de dados de processos judiciais, em portais de acesso à informação e serviços administrativos e jurídicos, vinculados ao escopo do projeto Plataforma JusAmazônia, nas instâncias do Poder Judiciário, instituições públicas, órgãos nacionais e internacionais da esfera pública e administrativa, envolvendo a pauta de Justiça Climática;
- 2.3. Familiaridade com a legislação ambiental e políticas públicas relacionadas a litigiosidade no âmbito da Justiça Climática;
- 2.4. Compreensão e familiaridade com normas e políticas da pauta indígena;
- 2.5. Preferencialmente, compreensão e uso de técnicas de Gestão Ambiental.

3. Experiência Profissional:

- 3.1. Experiência com temática ambiental e indígena;
- 3.2. Experiência prévia em projetos de consultoria ou pesquisa de “JURIMETRIA e MINERAÇÃO DE DADOS” no Brasil e/ou exterior;
- 3.3. Experiência prévia em projetos de consultoria ou pesquisa relacionados à área ambiental e jurídica de plataformas e portais de acesso e coleta de dados de mineração das informações e consultas, por meios de interatividade digital, oferecimento de serviços, inteligência artificial e demais correlatos a área da Justiça Ambiental.

4. Habilidades Técnicas:

- 4.1. Capacidade de elaboração de estudos de caso e análise de dados, com descrição e aprofundamento teórico e jurisprudencial, sob a visão dos dados coletados da informação de processos do Poder Judiciário brasileiro;
- 4.2. Conhecimento em metodologias quali-quantitativas de estudos de jurimetria e aprofundamento diagnóstico, com o uso de ferramentas de mapeamento e/ou georreferenciamento de dados;
- 4.3. Habilidades de coleta de dados, uso de ferramentas e elaboração de relatórios técnicos, conforme a orientação legal e jurídica dos pesquisadores e o livre acesso aos portais do Poder Judiciário a brasileiro.

Seleção

Para participar do processo seletivo, os interessados devem enviar o assunto **“TdR - Proposta Comercial para o desenvolvimento do Estudo “Desmatamento em Terras Indígenas da Amazônia Legal”, por e-mail, em PDF único, até a data limite**, conforme determinado no resumo deste TdR:

- **Portfólio** ou cartão de apresentação da empresa e pesquisador (a), com a indicação de CNPJ para contratação;
 - **Apresentação do proponente (1 lauda)**, com informações resumidas do currículo e da produção recente, destacando o atendimento aos itens da descrição de perfil ou Súmula Curricular no máximo de 3 laudas;
 - **Proposta Comercial dos Produtos**, com a descrição sintética descritiva das etapas, fases e forma de execução do trabalho, no máximo de 2 laudas.
- É necessário comprometimento estrito com os prazos estabelecidos no Cronograma.
 - As atividades adicionais, não previstas neste Termo de Referência, podem ser incluídas na proposta desde que justificadas, mas serão avaliadas conforme disponibilidade de recursos.
 - A **análise das propostas** levará em consideração, nessa ordem e com pesos iguais:
 1. adequação ao perfil, considerados os diferenciais desejáveis;
 2. experiências em trabalhos similares;
 3. descrição da experiência em Metodologias e Pesquisa; e
 4. proposta comercial.

Contratação

O valor do contrato será limitado à previsão orçamentária anual do projeto direcionado ao pagamento de prestação de serviços do técnico e/ou pesquisador (Pessoa Jurídica - PJ), pelo período indicado de vigência contratual.

Remessa dos Produtos: O pesquisador deve apresentar relatório preliminar dos Produtos à coordenação do Projeto “JusAmazônia”, no prazo máximo de 3 dias úteis antes da data de encerramento da entrega para sua revisão e adequação. A aprovação final dependerá do aceite da Coordenação do Projeto e Direção do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

Previsão do Pagamento: O pagamento será efetuado mediante aprovação de cada um dos produtos especificados neste Termo de Referência (TdR), pela Coordenação do Projeto e Direção do IDS, no prazo de até 5 dias úteis após a aprovação de cada um deles. Serão realizadas três parcelas, conforme estabelecido nos vencimentos e prazos contratuais, no Plano de Trabalho e no Cronograma de Entregas, por meio da apresentação de notas fiscais (NFs) e de acordo com o cronograma estipulado.

São Paulo, 11 de novembro de 2024.

Instituto Democracia e Sustentabilidade